

ANSELL, Aaron. 2014. Zero Hunger: Political Culture and Antipoverty Policy in Northeast Brazil. United States of America: University of North Carolina Press.

Flávia Melo
Doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)
flaviamelodacunha@usp.br

O comportamento do voto nordestino nas eleições presidenciais de 2018 recolocou na cena política brasileira o debate sobre o voto economicamente dependente, atualizado nos termos do propalado antipetismo e do combate à corrupção. A despeito da vitória do candidato Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) e do difundido rechaço ao ex-presidente Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores (PT), o candidato petista Fernando Haddad venceu em todos os estados nordestinos e em seis capitais dessa mesma região onde obteve, em muitas cidades, mais de 80% dos votos (Almeida & Zanlorenssi 2018). O resultado provocou polêmica nas redes sociais – importante arena de enfrentamentos naquela eleição – onde uma série de comentários justificavam, pejorativamente, o voto nordestino no PT em razão da “pobreza” e da “ignorância” daquele eleitorado.

Ora, é justamente essa a região do país que concentra o maior número de beneficiados pelo *Bolsa Família*¹, programa de transferência de renda criado pelo governo Lula (2004) e preconizado pelo programa *Fome Zero* (2003). Como se sabe, o debate eleitoral de 2018 apenas revitalizou uma acusação difundida em pleitos anteriores: a relação entre o voto de beneficiados pelo *Bolsa Família* e o sucesso eleitoral do PT. Aliás, essa relação foi bastante investigada por pesquisas desenvolvidas ao longo da última década, demonstrando como o programa e seus efeitos tornaram-se um atraente objeto

1 Dados do extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) informavam que o nordeste possuía cerca de 6,98 milhões de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família até junho de 2018 (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em: 30 jan.2019.

de estudo (Marques 2009; Andrade 2013; Bolzan 2014; Canêdo-Pinheiro 2015; Corrêa 2015; Zucco Junior 2015).

A despeito das conclusões dessas investigações, me interessa explorar a proximidade entre esse polêmico debate da vida pública brasileira e o livro do antropólogo Aaron Ansell. *Zero Hunger: political culture and antipoverty policy in Northeast Brazil* foi publicado em 2014 e premiado pela *Latin American Studies Association* e *Association for Political and Legal Anthropology*.

Ansell é professor assistente no Departamento de Religião e Cultura da Universidade de Virginia Tech (Estados Unidos) e se especializou em pesquisas sobre discurso político e desigualdade social no Nordeste do Brasil, dentre outros assuntos. O livro advém de sua tese de doutoramento em Antropologia pela Universidade de Chicago, intitulada *Zero Hunger in the Backlands: Neoliberal Welfare and the Assault on Clientelism in Northeast Brazil* (2007).

A pesquisa que o deu origem teve início no ano de 2001 durante um encontro do autor com lideranças petistas na cidade do Rio de Janeiro. Anos depois, imerso no semiárido nordestino, o antropólogo acompanhou a implementação do que se tornou a mais abrangente política social do país. Até dezembro de 2019, o *Bolsa Família* beneficiou mais de 13 milhões de famílias brasileiras, cerca de 21% da população nacional.

Ao longo de sete capítulos, Ansell expõe os resultados da pesquisa realizada há 16 anos em uma pequena cidade nordestina no Estado do Piauí, à qual atribuiu o pseudônimo de *Passarinho*. O Capítulo 1 aborda da trajetória do PT até a presidência e a criação do Programa Fome Zero. Este último, considerado, ao mesmo tempo, um “experimento do neoliberalismo de esquerda” e uma “política nacional de segurança alimentar”. Revisando a história da democracia brasileira e do município de *Passarinho*, o autor tece, ainda, reflexões sobre o seu engajamento como pesquisador nos eventos descritos. A este respeito, Koonings (2014) avalia que a reflexão de Ansell careceu de melhor exame das implicações de sua posição no campo para a interpretação proposta.

Nos dois capítulos seguintes, a atenção do autor se volta aos moradores empobrecidos de *Passarinho*, às suas relações domésticas e com as elites locais. No Capítulo 2, a inveja ocupa lugar central na descrição de uma economia moral dessas relações. Essa etnografia da moral comunitária e da higienização da inveja é o fio condutor da crítica do autor à “idealização” do igualitarismo rural pelos burocratas de estado. Toda uma gramática de controle do corpo e da fome e, logo, da inveja e do “mau-olhado” acionada por seus interlocutores revela que “a contenção higiênica da inveja faz mais do que manter a reputação pessoal; pois protege a comunidade como um todo” (p. 63). Para corroborar

seus argumentos, o autor demonstra como esse princípio influenciou a “comunidade” na escolha das famílias envolvidas nas ações locais do *Fome Zero*.

No contexto das eleições municipais de 2004, o Capítulo 3 descreve a reconfiguração das relações e alianças em torno das rivalidades eleitorais. Enquanto o capítulo anterior se deteve nas relações horizontais entre as famílias empobrecidas de agricultores, o terceiro examina as relações verticais entre agricultores, famílias e elites políticas. Essa dinâmica de relações verticais, a que o autor denomina de “hierarquia íntima” possui dois lados: um que envolve o compartilhamento de segredos, inclusive atividades criminosas; e outro referente ao sentimento de ira pelos opositores. Ansell observa, ainda, duas dimensões temporais e interdependentes que regulam as trocas: a duração do relacionamento e a duração da atividade. Assim, a troca de voto por dinheiro estabelece relação pouco duradoura que se encerra com o cumprimento do voto no candidato indicado.

A partir do Capítulo 4, o seu foco se direciona aos agentes da linha de frente do *Fome Zero*. Aqui, seu trabalho aproxima-se do trabalho Michael Lipsky (1980) sobre os “burocratas de rua” e da sociologia do guichê (Dubois 1999), situando-se entre as duas grandes vertentes desse campo (Pires 2016). Sua etnografia atenta para as práticas de agentes de estado, para a agência das pessoas “beneficiadas” e para as estruturas de desigualdade produzidas nessas interações. No entanto, não é nos guichês que sua observação acontece, mas nos muitos espaços “comunitários” forjados para a interação entre agentes estatais e pessoas “beneficiadas”.

Na análise das trajetórias desses agentes – formados pela militância em movimentos sociais urbanos e sob forte influência da Teologia da Libertação – considera a propensão desses sujeitos em interpretar o mundo rural como um lugar de dominação social baseado no clientelismo. Esse quadro interpretativo é retomado no Capítulo 5, em que a expressão “nostalgia induzida” é mobilizada para descrever as práticas pelas quais esses agentes conectaram noções românticas de trabalho coletivo (como os mutirões) a visões idealizadas do passado rural.

No Capítulo 6, Ansell explora outro componente do *Fome Zero*, um projeto de desenvolvimento para comunidades quilombolas. O *Bolsa Família* também manteve como linha de ação a atenção prioritária a “populações tradicionais e específicas”. Atento às práticas dos agentes de estado, o autor busca demonstrar como processos formativos foram conduzidos no intuito de promover entre as lideranças comunitárias o reconhecimento e valorização da identidade negra e a indignação frente a figuras de autoridade e relações de hierarquia e submissão locais.

Seu último capítulo acompanha a transição do *Fome Zero* ao *Bolsa Família* (instituído

em 2004) e se concentra nas tensões municipais em torno dessas políticas, principalmente na descrição das consequências de tais conflitos para o processo de eleições municipais.

Como se nota, o livro não consiste em uma análise sobre o governo do PT ou em um estudo sobre o Programa Fome Zero, em sentido restrito. Como nos adverte o autor ainda no Prefácio, trata-se de “uma interpretação da interação entre um segmento da nação historicamente empobrecido e um ativismo de estado que procurou transformar a realidade tanto cultural como material dessa população” (p. xi).

Seu livro configura-se, pois, como uma bem sucedida etnografia sobre a experiência-piloto do *Fome Zero* e o encontro desse projeto de governo com a autoridades locais, com as pessoas empobrecidas a quem se direcionava e com aquilo que o autor descreveu como uma dinâmica de reciprocidade e codependência muito importante para compreender a política eleitoral local. Curiosamente, esse liame é justamente o que confere atualidade ao seu trabalho.

Mas sua proposta vai além. Ansell almejou examinar a oposição “clientelismo hierárquico” *versus* “democracia igualitária”, concepção idealista que na sua opinião organizava conceitualmente o pensamento dos gestores do Fome Zero (p. 14). Aliás, segundo suas assertivas, esta não era apenas a visão do Governo Federal, mas a de muitos técnicos e intelectuais que, na época, contribuíram para a formulação e execução da política (p. 04).

Por esse motivo, o autor dedicou-se à observação dos conflitos produzidos entre os ideais dos ativistas de estado proponentes da democracia liberal (que procuravam liberar a cultura popular de seus componentes hierárquicos) e as famílias “beneficiadas” que nas relações cotidianas com as elites locais, tentavam reconciliar a hierarquia e o igualitarismo, contrariando a expectativa de uma “indignação democrática saudável” (p. 13-15).

Assim, em um dos planos de sua observação, Ansell considerou o modo como as lideranças responsáveis pela formulação e implementação do Fome Zero reconheciam no clientelismo um entrave para a consolidação de instituições democráticas e representativas, sobretudo, das populações mais pobres. Com efeito, além de eliminar a fome, buscavam desmontar esse sistema clientelista e diminuir o poder dos de elites políticas locais, ideais que, para tornarem-se efetivos, encontraram obstáculos de várias ordens, como se demonstra ao longo do livro.

Um desses obstáculos consistia na própria forma de conceber as relações de troca entre as destinatárias do *Fome Zero* e a dinâmica política local. Propondo desde a Introdução a substituição do termo clientelismo pelo de “hierarquia íntima”, o autor analisa tais relações recusando duas premissas constitutivas do enunciado mais geral sobre o

clientelismo: a hierarquia reforçada pela opressão e exploração dos pobres (vertical e unilateral) e a negação da agência dos pobres (e de suas percepções e interesses). Sem recusar as estruturas de poder ou reificar o clientelismo, o conceito reivindicado pelo autor pretende conceder lugar ao agenciamento dos pobres e direcionar o seu olhar etnográfico para as estratégias mobilizadas por essas pessoas para enfrentar desvantagens sociais e materiais na interação com agentes de estado e políticos locais.

Outro obstáculo para seria justamente a percepção das pessoas a quem aquela política se destinava. Ou seja, como os moradores de *Passarinho* experimentavam a pobreza, a fome e a política pública a eles dirigida. Para isso, em outro plano da observação, o autor acompanhou uma complexa trama em que moralidades diversas eram acionadas para justificar as relações de troca e solidariedade. Assim, pôde delinear o seu conceito de “hierarquia íntima”, definido como “um encontro entre desiguais em que um enfrenta as necessidades particulares do outro no contexto das próprias necessidades e trabalha para ajudá-lo, independentemente das barreiras formais ou legais. A simpatia mútua e a vulnerabilidade entre os parceiros tornam-se a base de uma humanidade compartilhada que transcende a hierarquia estrutural que os separa. Estas intimidades resultam no favoritismo da distribuição de recursos e enfraquecem a igualdade perante a lei, mas também socializam a classe política no desafiante cotidiano dos pobres da região” (p.194).

Neste plano da observação, seus interlocutores e o foco passam a ser outros. Não mais agentes do governo federal responsáveis pela idealização e implementação do *Fome Zero*, mas as famílias empobrecidas de Passarinho e as relações destas com políticos locais (que, segundo o governo petista, eram os mantenedores das estruturas clientelistas). Com efeito, o agenciamento desses sujeitos adquire tanta relevância como as estratégias que mediam as relações entre essas pessoas, políticos locais e a política eleitoral daquela pequena cidade.

Para quem deseja aproximar-se desse debate e conhecer mais da genealogia do tão controverso Programa Bolsa Família desde uma abordagem antropológica, o livro de Ansell, publicado em 2014 e, infelizmente, ainda não traduzido no Brasil, é leitura necessária. Desde uma antropologia da política, seu trabalho contém ao menos quatro elementos que justificam sua importância: primeiro, uma descrição engajada dos primeiros anos de implementação do Programa Fome Zero no sertão piauiense – do qual, alguns dos efeitos notamos nos enfrentamentos eleitorais para a presidência do Brasil em 2018. Segundo, uma inflexão profícua no debate sobre clientelismo, voto economicamente dependente, autonomia e democracia desde uma perspectiva moral. Terceiro, por ser um trabalho de antropologia econômica, política e moral fundamentado em uma atenta etnografia das

interações produzidas entre um projeto de governo, dinâmicas locais e os interesses dos diferentes atores envolvidos nessa trama.

Finalmente, trata-se de leitura recomendável pela descrição complexa que nos oferece, o que lhe adjudica um caráter antecipatório das ambivalências, contradições e conflitos produzidos ao redor do Programa Bolsa Família dezesseis anos depois de sua criação em decorrência do Fome Zero.

Referências

- ALMEIDA, R. e ZANLORENSSI, G. 2018. “Como o Brasil votou no segundo turno para presidente, em mapas”. *Nexo Jornal*, 29/10/2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/10/29/Como-o-Brasil-votou-no-segundo-turno-para-presidente-em-mapas>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- ANDRADE, L. 2013. “Do quase nada ao praticamente tudo: Uma análise espacial da evolução da votação dos Candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência no Nordeste”. Dissertação de Mestrado. PPGCP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ARANHA, A. 2010. *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Volume 1. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- BOLZAN, D. 2016. “Ciclos político-econômicos e as eleições presidenciais brasileiras de 2014”. Dissertação de Mestrado. PPGE, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CANÊDO-PINHEIRO, M. 2015. “Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006”. *Economia Aplicada*, (19)1: 31-61.
- CORRÊA, D. 2015. “Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, (21)3: 514-534.
- DUBOIS, V. 1999. *La vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère*. Paris: Economica, (Collection Études politiques).
- LIPSKY, M. 1980. *Street level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russell Sage Foundation.
- MARQUES, R. et al. 2009. “Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006”. *Revista de Economia Política*, (29)1: 114-132.
- PIRES, R. 2016. “Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (81):-24.
- VIANA, I. et al. 2018. *Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)*. Brasília: ENAP.
- ZUCCO JUNIOR, C. 2015. “The impacts of Conditional Cash Transfers in four presidential elections (2002–2014)”. *Brazilian Political Science Review*, (9)1: 135-149. jan./abr., 2015.

Recebido em: 01 de junho de 2019.

Aceito em: 18 de janeiro de 2020.